Índice

Abreviaturas 9
Nota à segunda edição 25
Nota à primeira edição 27

Das prisões cautelares 31
Disposições gerais: da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória 33

1. Introdução 33
2. O novo art. 282 do CPP 34
3. Arts. 283 a 288 do CPP 35
4. Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante 38
5. Art. 289-A do CPP: cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça 41
6. Fuga e prisão 42
7. Art. 300 do CPP 42
8. Prisão especial 43

Quadro comparativo da legislação 46

Prisão em flagrante 55

1. Nota introdutória 55
2. Prisão em flagrante 55
   2.1. Excepcionalidade da prisão em flagrante 58
   2.2. Prisão em flagrante no interior de residência 59
   2.3. Infrações que admitem prisão em flagrante 60
   2.4. Natureza jurídica 61

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5. Sujeitos do flagrante 62
2.5.1. Sujeito ativo 62
2.5.1.1. Flagrante facultativo 62
2.5.1.2. Flagrante obrigatório ou compulsório 63
2.5.2. Sujeito passivo 64
2.6. Autoridade competente 67
3. Classificações 69
3.1. Flagrante em sentido próprio 70
3.2. Flagrante impróprio 71
3.3. Flagrante presumido 75
3.4. Flagrante preparado ou provocado 77
3.5. Flagrante forjado 81
3.6. Flagrante esperado 83
3.7. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou postergado 84
4. Flagrante em situações particulares 86
4.1. Flagrante em crime permanente 86
4.2. Flagrante em crime habitual 88
4.3. Flagrante em crime continuado 91
4.4. Flagrante em crime de ação penal pública condicionada 92
4.5. Flagrante em crime de ação penal privada 94
4.6. Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais 96
4.7. Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente 97
4.8. Apresentação espontânea do autor da infração penal 98
5. Formalização da prisão em flagrante 100
5.1. Lavratura do auto de prisão em flagrante 101
5.1.1. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante 102
5.1.2. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante 104
5.1.3. Condutor 105
5.1.4. Testemunhas 106

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1.5. Interrogatório 108
5.1.6. Escrivão 111
5.1.7. Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções 111
5.1.8. Nota de culpa 112
6. Recolhimento ao cárcere 113
6.1. Hipóteses em que o autuado "se livra solto" 113
6.2. Liberdade provisória mediante fiança 114
7. Comunicação da prisão: controle imediato 115
7.1. Controle jurisdicional 115
7.2. Controle ministerial 117
8. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante 118
9. Uso de algemas 119
Quadro comparativo entre os artigos relacionados com a prisão em flagrante, antes e depois da Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 121

Prisão preventiva 126
1. Notas introdutórias 126
2. Conceito 127
3. Natureza jurídica 127
4. Constitucionalidade 128
5. Momento da decretação 129
6. Modalidades 130
7. Quem pode decretar prisão preventiva 131
7.1. Prisão preventiva obrigatória 131
8. Quem pode postular a decretação 132
8.1. Decretação *ex officio* 132
8.2. Requerimento do Ministério Público 134
8.3. Requerimento do querelante 135
8.4. Requerimento do assistente 137
8.5. Representação da autoridade policial 137

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Requisitos para a decretação 139
9.1. Pressupostos 140
9.1.1. Prova da existência do crime 140
9.1.2. Indícios suficientes da autoria 141
9.2. Hipóteses de cabimento 142
9.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos 142
9.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa 144
9.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia 146
9.2.4. Art. 313, parágrafo único, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente 147
9.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares 149
9.3. Retroatividade benéfica 153
10. Circunstâncias autorizadoras 154
10.1. Garantia da ordem pública 155
10.2. Garantia da ordem econômica 160
10.3. Conveniência da instrução criminal 161
10.4. Assegurar a aplicação da lei penal 163
11. Decretação da prisão preventiva 164
11.1. Contraditório na decretação 166
12. Condição especial impeditiva da prisão preventiva 166
13. Conversão da prisão em flagrante em preventiva 167
13.1. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva 169
14. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia 170
15. Art. 366 do CPP 171
16. Art. 23, *caput*, I, II e III, do CP 172
17. Necessidade de decisão fundamentada 172
17.1. Fundamentação inidônea 176
18. Prazo de duração da prisão preventiva 179

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

19. Revogação e nova decretação 183
20. Reação defensiva à decretação da prisão preventiva 184
21. Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar 184
Quadro comparativo entre os artigos relacionados com a prisão preventiva, antes e depois da Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 185
Regras relacionadas com a prisão preventiva 188

Prisão cautelar domiciliar, substitutiva da prisão preventiva 192
1. Nota introdutória 192
2. Conceito 193
3. Pressuposto e hipóteses de cabimento 193
3.1. Pessoa maior de 80 anos 194
3.2. Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave 195
3.3. Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência 196
3.3.1. Pessoa menor de 6 anos de idade 196
3.3.2. Pessoa portadora de deficiência 197
3.4. Gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco 197
3.4.1. Gestação a partir do sétimo mês de gravidez 198
3.4.2. Gestação, a qualquer tempo, de alto risco 199
3.5. Necessidade de prova idônea 199
4. Quem pode requerer 199
5. Substituição *ex officio* 200
6. Momento em que pode ser concedida 200
7. Condições de permanência 201
8. Domicílio ou residência? 202
9. Pluralidade de residências 202
10. Momento de se conceder autorização de saída da residência 202
11. Descumprimento de condição do benefício 203
11.1. Descumprimento justificável 203
11.2. Sustação cautelar do benefício 204

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11.3. Revogação definitiva 204
12. Detração 205
13. Preso que não tem defensor 205
14. Possibilidade de *habeas corpus* 205
Quadro comparativo das regras 206

Prisão temporária 207
1. Nota introdutória 207
2. Prisão temporária 207
2.1. Conceito 208
3. Cabimento 209
3.1. Imprescindibilidade para as investigações 209
3.2. Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade 211
3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inciso III 212
3.4. Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento 213
4. Quem pode solicitar a decretação 214
5. Quem pode decretar 215
6. Decisão que aprecia pedido de prisão temporária 216
7. Procedimento 217
8. Prazo da prisão 218
8.1. Generalidade dos casos 218
8.2. Crimes hediondos e assemelhados 219
8.3. Término da prisão temporária 220
8.4. Excesso de prazo na prisão temporária 220
9. A prisão temporária comporta relaxamento ou liberdade provisória?.. 221
9.1. Relaxamento 221
9.2. Liberdade provisória 221
10. Reação defensiva à prisão temporária 222
Quadro legal comparativo 222

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Prisão resultante de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível 224
1. Introdução 224
2. Prisão resultante de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível 225
3. Aspectos constitucionais 231
4. Legislação especial 232
Quadro comparativo entre artigos do CPP, antes e depois da Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 234

Da liberdade 237
Relaxamento da prisão 239
1. Introdução 239
2. Relaxamento da prisão 239
3. Prisão temporária 240
4. Prisão em flagrante 242
4.1. Necessidade de fato típico 243
4.2. Nem todo fato típico autoriza prisão em flagrante 243
4.3. Necessidade de situação que legitime flagrante 246
4.3.1. Flagrante preparado ou provocado 247
4.3.2. Flagrante forjado 248
4.4. Lavratura do auto de prisão em flagrante 249
4.5. Prazo para a lavratura do auto 253
4.6. Autoridade competente 253
4.7. Comunicações da prisão em flagrante 254
4.8. Nota de culpa 255
4.9. Causas de exclusão da ilicitude 256
5. Prisão preventiva 257
5.1. Quem pode decretar 258
5.2. Decretação da prisão preventiva 258
5.3. Requisitos 259
5.4. Prazo da prisão preventiva 261

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. *Habeas corpus* 264
7. Consequências do relaxamento 266
Quadro comparativo entre os artigos relacionados com relaxamento da prisão 267

Liberdade provisória mediante fiança 275
1. Introdução 275
2. Liberdade provisória como gênero 276
3. Conceito 279
4. Natureza jurídica 280
5. Finalidade 280
6. Cabimento 281
6.1. Inafiançabilidade por imperativo constitucional 281
6.2. Inafiançabilidade conforme as regras do CPP 282
7. Quem pode postular 285
8. Quem pode arbitrar fiança 285
8.1. A autoridade policial 285
8.2. O juiz 287
8.3. Fiança junto aos Tribunais 288
9. Momento da concessão 289
10. Quem pode prestar fiança 290
11. Destinação da fiança 290
12. Obrigações do afiançado 291
13. Valor da fiança 291
14. Extinção da fiança 292
14.1. Fiança quebrada 292
14.1.1. Consequências do quebramento 295
14.2. Fiança perdida 296
14.3. Fiança cassada 296
14.4. Fiança sem efeito 297
15. Sentença no processo de conhecimento 298

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.1. Absolvição 298
15.2. Condenação 298
16. Fiança dispensada 299
17. Fiança reduzida e fiança aumentada 299
18. Fiança restaurada ou restabelecida 299
19. O Ministério Público e a fiança 299
20. Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão.. 300
20.1. Implicações da extinção 301
21. Reação defensiva 302
Quadro comparativo da legislação 302

Liberdade provisória sem fiança 311
1. Introdução 311
2. Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional 312
3. Conceito 313
4. Natureza jurídica 314
5. Quem pode postular 314
6. Quem pode conceder 315
7. Momento da concessão 315
8. Regulamentação do CPP 317
8.1. Art. 310 do CPP 317
8.1.1. Sobre o parágrafo único do art. 310 do CPP 320
8.2. Art. 321 do CPP 321
8.3. Art. 350 do CPP 322
9. A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança 323
9.1. A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP 323
9.2. Reflexões sobre a prisão decorrente de revogação da liberdade provisória sem fiança 327
10. Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança 331
10.1. A decisão que nega e seus fundamentos 331
10.2. A decisão que concede e seus fundamentos 336
11. Crimes hediondos e assemelhados 336

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12. Tráfico de drogas. Art. 44 da Lei n. 11.343/2006 339
12.1. Breve retrospecto 339
12.2. O art. 44 da Lei de Drogas 340
12.3. O enfrentamento da questão no Supremo Tribunal Federal 341
12.4. A vedação à fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança 343
12.5. Repercussões do art. 310 do CPP 345
12.6. Conclusão 347
13. Organizações criminosas 348
14. Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal 348
15. Revogação da liberdade provisória sem fiança 349
Quadro comparativo da legislação 350

Das medidas cautelares restritivas 353
Medidas cautelares diversas da prisão 355
1. Introdução 355
2. Medidas cautelares diversas da prisão 356
3. Previsão legal 357
4. Conceito 359
5. Pressuposto 359
6. Cabimento 359
7. Quem pode decretar 361
8. Decretação *ex officio* 361
9. Quem pode postular a decretação 361
10. Momento da decretação 363
11. Critérios para a escolha e decretação da medida 364
12. Contraditório na decretação 364
12.1. Exceções ao contraditório prévio 366
13. Decretação 367
14. Substituição, revogação e nova decretação 368
14.1. Suspensão cautelar da medida 369

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14.2. Ampla defesa e contraditório na revogação 370
14.3. Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva... 371
14.4. Revogação de prisão preventiva e imposição de medida cautelar diversa da prisão 372
15. Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão 372
15.1. Comparecimento periódico em juízo 373
15.2. Proibição de frequentar determinados lugares 373
15.3. Proibição de contato com pessoa determinada 374
15.4. Proibição de ausentar-se da comarca 375
15.5. Recolhimento domiciliar 376
15.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira 378
15.7. Internação provisória 380
15.8. Fiança 381
15.9. Monitoramento eletrônico 382
15.10. Proibição de ausentar-se do país 384
16. Fiscalização das medidas 384
17. Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar 386
18. Reação defensiva contra a decretação 386
19. Prazo de duração e extinção da medida cautelar 387
20. Detração 388
21. Futuro das medidas cautelares diversas da prisão 388
Quadro comparativo das regras 389

Referências 395

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br